

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.947 - SP (2019/0051884-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **MARCOS FRANCISCO BENEDITO**
AGRAVANTE : **LEONILDA PRESENTE**
ADVOGADOS : **ROBERTO VALENTE LAGARES E OUTRO(S) - SP138402**
JOSÉ CARLOS GOMES PEREIRA MARQUES
CARVALHEIRA - SP139855
AGRAVADO : **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **DENIS ATANAZIO - SP229058**
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE023748

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE.

1. Ação de indenização.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MARCOS FRANCISCO BENEDITO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 15/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 29/03/2019.

Ação: de indenização ajuizada pelos agravantes em face da

agravada.

Sentença: julgou improcedente.

Acórdão: negou provimento à apelação dos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

INDENIZAÇÃO - Seguro habitacional - Sistema Financeiro da Habitação - Ação ajuizada em face da seguradora - Impugnação ao laudo pericial que demonstra mero inconformismo genérico com a conclusão do expert, desprovida de elementos técnicos - Preliminar afastada - Prova pericial que afastou a existência de vícios construtivos - Proprietários que deixaram de realizar a necessária manutenção do imóvel - Improcedência mantida - Recurso desprovido. (e-STJ, fl. 1020).

Recurso especial: sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 1º, inciso III e 5º, incisos XXXV, LXXIV, LIV e LV da CF, artigos 319, 320, 321, 324, 330 e 17º do CPC/2015; e artigo 6º, inciso VIII do CDC. Pugna, em síntese, pelo retorno dos autos ao Juízo de primeiro grau, a fim de que seja realizada a instrução processual, com a realização de prova pericial para que, ao final, seja julgada procedente a presente demanda.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de dispositivo constitucional

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 319, 320, 321, 324, 330 e 17º do CPC/2015 e artigo 6º, inciso VIII do CDC, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da divergência jurisprudencial

A falta da similitude fática, requisito indispensável à demonstração da divergência, inviabiliza a análise do dissídio.

Ademais, a ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, violação dos artigos supra citados, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 1.022) para 18%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora